

economia

Estado cresceu menos em postos de trabalho

Alta de 0,6% nas vagas formais de emprego ficou abaixo dos percentuais de outras 26 unidades federativas do País

/ CONJUNTURA

Ana Stobbe

ana.stobbe@jcrs.com.br

Embora apresente um bom desempenho em diversos indicadores econômicos e sociais, na geração de empregos o Rio Grande do Sul teve um resultado abaixo da média nacional em 2026. O Estado foi o que menos criou novos postos de trabalho ao longo do primeiro trimestre deste ano, com uma variação positiva de apenas 0,6%.

Os dados são do Boletim do Trabalho, lançado no dia 24 de junho pelo Departamento de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (DEE-RS), que realizou uma análise interanual com base no Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), considerando os meses de abril de 2025 e de 2026 (o recorte analisa os três meses entre o início de janeiro e o início de abril).

No período, o Rio Grande do Sul conseguiu avançar, embora bastante abaixo da média brasileira. Enquanto o Estado ampliou em 0,6% as suas vagas de emprego, o País teve um salto de 2,3%.

Abaixo do índice nacional, ficaram apenas nove das 27 unidades federativas. Além dos gaúchos, não atingiram o patamar Goiás (2,2%), Roraima (2,1%), Paraná (1,9%), Santa Catarina (1,9%), Tocantins (1,6%), São Paulo (1,6%), Espírito Santo (1,5%) e Minas Gerais (1,1%).

Para o pesquisador do DEE-RS Guilherme Xavier, há dois fatores que auxiliam a explicar a posição gaúcha como lanterna no ranking de geração de empregos: um social e outro econômico. Afinal, enquanto o Produto Interno Bruto (PIB) do Rio Grande



TÂNIA MEINERZ/JC

Transição demográfica e menor participação estadual no PIB nacional auxiliam a compreender o indicador

do Sul reduz sua participação na economia nacional, a população do Estado envelhece e começará a decair a partir do próximo ano, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

“O nosso PIB teve a mais baixa variação em volume do País entre 2002 e 2023. Então, considerando a média anual desse período, o Rio Grande do Sul foi o último Estado. E é claro que, se a economia está crescendo menos, a geração de empregos formais fica menor”, avalia Xavier.

Já a questão populacional é mais complexa. O Rio Grande do Sul é o Estado com a população mais envelhecida do Brasil. Esse fator se soma a uma queda no número de filhos por mulher e nos saldos migratórios. O resultado é o aceleração da transição demográfica. Por isso, o IBGE esti-

ma que, neste ano, a população gaúcha chegou ao seu auge. Com isso, a expectativa é de que já tenha uma queda demográfica a partir de 2027.

“O Rio Grande do Sul não está em uma situação especialmente ruim. Pelo contrário, até se destaca positivamente em indicadores como a taxa de desocupação, que é uma das mais baixas, e a informalidade, que também está entre as menores. O mercado não está deteriorado, mas o emprego formal cresce muito pouco. O fato de ter um crescimento populacional menor pode explicar e ajuda a entender por que, mesmo com o crescimento menor no volume de empregos formais, atendemos, em termos de oferta de trabalho formal, um número suficiente de pessoas. Inclusive, parte dos novos ingressantes no

mercado, que são poucos comparado a outros estados”, explica o pesquisador.

Xavier considera que, frente a ambos os fatores, é necessário refletir no campo das políticas públicas para que a tendência possa ser revertida. “Acaba se

tornando um círculo vicioso. Se tem menos gente, se torna menos atrativo como mercado para que novos empreendimentos venham a se instalar aqui. Vai se miniaturizando. Sai mais gente, tem menos investimentos, o PIB cresce menos e a população diminui. Esse é o perigo que tem que ser enfrentado”, pontua.

A solução pode estar em um planejamento de desenvolvimento econômico. Não apenas no Rio Grande do Sul, mas nacionalmente também. É o que aponta o pesquisador. “Existe o papel das políticas nacionais, que podem ter uma regência sobre a distribuição no território nacional de projetos de investimentos. Mas isso é uma coisa que não está sendo considerada há muito tempo. Se diminuiu muito o papel do Estado em planejar e articular um desenvolvimento nacional territorialmente distribuído. E o governo estadual também tem tido dificuldades em sucessivas gestões em produzir uma política de dinamização da economia. O resto, é com os agentes privados, que talvez estejam com dificuldades de outros tipos. Claro, tem fatores conjunturais, mas existe um espaço para se pensar alternativas”, avalia Xavier.

Desocupação cai e renda aumenta no Rio Grande do Sul

Apesar de não ter se destacado na geração de empregos, o Rio Grande do Sul apresenta alguns bons indicadores na publicação. A taxa de desocupação ficou em 4% no primeiro trimestre de 2026, um número considerado estável pelo DEE-RS. Houve uma redução no indicador em relação ao do mesmo período do ano anterior, que era de 5,3%.

Isso indica que, de um ano ao outro, foram registradas 77 mil

pessoas desocupadas a menos. No mesmo período, houve um aumento no rendimento médio mensal real habitual dos ocupados em 5,5%, chegando a R\$ 4.127.

Além disso, a taxa de informalidade ficou em 30,2%, sem ter mostrado uma variação relevante na comparação interanual. Mas, com o resultado, o Rio Grande do Sul se manteve com a menor taxa de informalidade do Brasil. Ao todo, é estimado que 1,783 milhão

de gaúchos atuem como trabalhadores informais.

Na comparação com as demais unidades da Federação, o Rio Grande do Sul apresentou a sétima menor taxa de desocupação do País. O nível de ocupação ficou em 62,9%, com 5,895 milhões de pessoas ocupadas, mantendo o Estado na 6ª posição nacional. A taxa de participação na força de trabalho foi de 65,6%, o sétimo maior patamar entre os Estados.

08 de JUL
a partir das 12h

Tânia Mesa
FEDERASUL

Apoio:
Jornal do Comércio
O jornal de economia e negócios do RS

MODELO DE CONCESSÃO FERROVIÁRIA
O RESGATE DA INTEGRAÇÃO DO SUL AO BRASIL



Clóvis Magalhães
Secretário de Logística e Transportes do Rio Grande do Sul



Leonardo Ribeiro
Secretário Nacional de Transporte Ferroviário



Ivan Amaral
Secretário de Portos, Aeroportos e Ferrovias de Santa Catarina





















